

**LEI Nº 2606 DE 29/11/1990**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
PARA O EXERCÍCIO DE 1991.**

A Câmara Municipal de Iturama decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - O Orçamento do município de Iturama para o exercício financeiro de 1991, estima a receita em Cr\$ 4.000.000.000,00(quatro bilhões de cruzeiros) e fixa a despesa em igual valor.

Art.2º - As receitas do orçamento fiscal serão realizadas mediante arrecadação dos tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, de acordo com o seguinte desdobramento:

**1 – RECEITAS CORRENTES**

Receita tributária Cr\$ 110.000.000,00  
Receita Patrimonial Cr\$ 30.000.000,00  
Receita Industrial Cr\$ 200.000,00  
Receita de serviços Cr\$ 26.000.000,00  
Transf. Correntes Cr\$ 2.882.000.000,00  
Outras Receitas correntes Cr\$ 12.800.000,00 – 3.061.000.000,00

**2 – RECEITAS DE CAPITAL**

Operações de Crédito Cr\$ 500.000.000,00  
Alienação de bens Cr\$ 1.000.000,00  
Transf. De capital Cr\$ 435.000.000,00  
Outras rec de capital Cr\$ 3.000.000,00 – 939.000.000,00  
TOTAL ..... 4.000.000.000,00

abaixo: Art. 3º - As despesas serão realizadas de conformidade com discriminação

**1 – PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal Cr\$ 240.000.000,00

## 2 – PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito Cr\$ 65.000.000,00  
Asses. Planejamento Cr\$ 25.000.000,00  
Proc. Jurídica Cr\$ 9.000.000,00  
Depto A. Comunitária Cr\$ 14.000.000,00  
Depto Administração Cr\$ 264.000.000,00  
Depto Finanças Cr\$ 219.000.000,00

Depto Educacional e Cultura Cr\$ 1.000.250.000,00  
Depto de saúde Cr\$ 400.600.000,00  
Depto Assist. social Cr\$ 108.250.000,00  
Depto Serv.UO Publi. Cr\$ 1.034.000.000,00  
Depto Mun. E rodagens Cr\$ 530.000.000,00  
Depto Municipal Ag. Ind. Com. Cr\$ 90.900.000,00 – 3.760.000.000,00  
TOTAL ..... 4.000.000.000,00

Art.2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 25%(vinte cinco por cento) da despesa fixada no Art. 1º desta lei.

§ Único – Não oneram o limite estabelecido neste artigo:

I – o excesso de arrecadação verificado no exercício:

II – as suplementações de dotações que correspondem a aplicação do produto de receitas vinculadas derivadas de transferências, contribuições federais e outras da mesma natureza, quando a fonte utilizada for o excesso de arrecadação das referidas receitas:

III – as suplementações de dotações referentes ao pagamento da dívida pública;

IV – o remanejamento de dotações dentro da mesma unidade.

Art.5º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos:

I – REJEITADO

II – por antecipação de receita, até o limite de 10%(dez por cento) da receita estimada no art.1º desta lei.

§ único – Nas contratações das operações de crédito de que trata o artigo, poderá o Poder Executivo estipular, como garantia subsidiária, a vinculação dos recursos referentes a cota do fundo de participação dos municípios e a cota do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e serviços.

Art.6º - O Poder Executivo apresentará a Câmara Municipal, demonstrativo da execução orçamentária, por bimestre.

Art. 7º - Os recursos destinados ao poder legislativo serão repassados mensalmente a Câmara Municipal, mediante requerimento do Presidente da Casa.

Art.8º - Esta lei entrará em vigor a partir da 01 de janeiro de 1991., revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Iturama, 29 de novembro de 1990.

Alípio Soares Barbosa  
Prefeito Municipal